

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/331904054>

Gênero e diversidade: uma análise sobre os grupos de pesquisa do CNPq e a população LGBT. Gender and diversity: an analysis of CNPq research groups and the LGBT population.

Article · December 2018

DOI: 10.52753/bis.2018.v19.34634

CITATIONS

0

READS

315

2 authors:



Renato Barboza

Health Institute

53 PUBLICATIONS 254 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Alessandro Soares da Silva

University of São Paulo

99 PUBLICATIONS 357 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Political Psychology [View project](#)



Psicologia Política da Ação Pública [View project](#)

Gênero e diversidade: uma análise sobre os grupos de pesquisa do CNPq e a população LGBT

Gender and diversity: an analysis of CNPq research groups and the LGBT population

Renato Barboza^I, Alessandro Soares da Silva^{II}

Resumo

Analisou-se a distribuição dos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quanto à produção de conhecimento científico voltado à população LGBT e à composição das lideranças dos grupos quanto ao gênero. Realizou-se um estudo exploratório, descritivo de abordagem quantitativa, baseado no inventário de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq até 28 de setembro de 2018. O universo de análise foi constituído por 75 grupos elegíveis. As evidências revelam que 86,6% dos grupos foram constituídos entre 2006 e 2018, indicando que a produção científica sobre LGBT é um tema emergente. Não obstante o crescimento dos grupos aferidos no último censo do CNPq em 2016, os grupos que abordam a temática LGBT, correspondem somente a 0,19% do total do país. São majoritariamente, concentrados nas regiões Sudeste (44%) e Nordeste (26,7%) e vinculados a instituições públicas de pesquisa (82,7%). O capital intelectual sobre a população LGBT é oriundo, sobretudo, de três grandes Áreas de Conhecimento: Ciências Humanas (56%), Ciências Sociais Aplicadas (21,3%) e Ciências da Saúde (13,3%). No geral, os grupos são coordenados por mulheres (60%), contra 40% de homens, evidenciando a liderança feminina nesse campo de investigação.

Palavras-chave: Campo científico; Gênero; LGBT.

Abstract

The distribution of National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) research groups was analyzed in terms of the production of scientific knowledge about the LGBT population and the composition of group leaders in relation to gender. An exploratory, descriptive, quantitative study was carried out based on the inventory of research groups registered at CNPq until September 28, 2018. The analysis universe consisted of 75 eligible groups. The evidence shows that 86.6% of the groups were constituted between 2006 and 2018, indicating that scientific production on LGBT is an emerging theme. Notwithstanding the growth of the groups verified in the last CNPq census in 2016, the groups that approach the LGBT theme, correspond only 0.19% of the total of the country. Mostly of them are concentrated in the Southeast (44%) and Northeast (26.7%) and linked to public research (82.7%). The intellectual capital about the LGBT population comes mainly from three main areas of knowledge: Humanities Sciences (56%), Applied Social Sciences (21.3%) and Health Sciences (13.3%). In general, the groups are coordinated by women (60%), compared to 40% of men, showing a female leadership in this research field.

Key words: Scientific field; Gender; LGBT.

^I Renato Barboza (renato@isaude.sp.gov.br) é cientista social, Doutorando em Psicologia Social e do Trabalho pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), Mestre em Saúde Coletiva pela Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD-SES/SP), Pesquisador Científico do Instituto de Saúde da SES/SP, Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo e do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids da Universidade de São Paulo (NEPAIDS/USP).

^{II} Alessandro Soares da Silva (alepsipol1@gmail.com) é filósofo, Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Livre-Docente em Sociedade, Multiculturalismo e Direitos pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia (IP) da USP e Líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo desta universidade.

Introdução

O “Movimento Homossexual Brasileiro” data do final da década de 1970 e foi marcado majoritariamente pela participação masculina e por uma presença reduzida de mulheres lésbicas^{1,2}. Destaca-se, nesse período, a atuação do Grupo Somos, reconhecido como um dos coletivos pioneiros nas ações de incidência política e na criação e veiculação do Jornal “O Lampião da Esquina” no ano de 1978³. Por outro lado, o movimento do segmento de lésbicas alcançou visibilidade na segunda metade da década de 1990, quando passou a atuar na defesa de pautas específicas e de forma independente do movimento feminista. A visibilidade das travestis e das transexuais e a militância do segmento “trans” ocorreu posteriormente aos segmentos de gays e de lésbicas. Um dos marcos políticos se refere à realização, em 1993, do “Encontro Nacional de Travestis e Liberados”, coordenado pelo coletivo Astral - Associação de Travestis e Liberados^{2,4,5}.

A fundação, em 1995, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) ampliou o diálogo e a articulação das agendas específicas em prol da garantia da cidadania e dos direitos humanos das populações LGBT e do enfrentamento da discriminação social e da violência por orientação sexual e identidades de gênero. A ABGLT se consolidou como uma rede nacional com um número expressivo de organizações filiadas, atuando também no âmbito internacional^{6,1}.

O enfrentamento da epidemia de HIV^{III} e aids, sobretudo na década de 1990 conferiu visibilidade e inserção da população LGBT na agenda política e programática do Ministério da Saúde.

^{III} Sigla em inglês do *human immunodeficiency virus* (vírus da imunodeficiência humana).

Assim como a inclusão de ações direcionadas à população homossexual no “I Plano Nacional de Direitos Humanos”, formalizado em 1996. Em 2004, a publicação do “Programa Brasil Sem Homofobia” foi um marco fundamental para o desenvolvimento de políticas intersetoriais, voltadas aos segmentos LGBT no país^{7,8}.

A realização da “I Conferência Nacional de LGBT”, em 2008, mobilizou um grande número de representantes e de delegados do poder público e da sociedade civil, bem como se deu durante o processo de organização das conferências estaduais realizadas em todas as unidades da federação⁹. No período recente, avanços como a regulação do uso do “nome social” para o segmento trans e o reconhecimento da união homoafetiva pelo Judiciário, conferiram visibilidade social e a observância tardia dos direitos LGBT¹⁰. Nessa perspectiva, destaca-se a publicação, no ano de 2011, da “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”, que objetiva promover a equidade em saúde e a eliminação da discriminação e do preconceito institucional¹¹, e, em 2013, da ampliação das diretrizes para o “processo transexualizador” no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)¹².

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado em 1951 e atualmente está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O CNPq tem por missão institucional:

“...fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional”¹³.

Uma importante ação para o fomento e controle da pesquisa nacional foi a criação do “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes” (DGP). Ele é uma das bases de dados disponíveis

no site do CNPq, possível de ser acessado por meio da consulta à “base corrente” do DGP na funcionalidade “buscar grupos”, que permite acesso a um conjunto de informações detalhadas sobre os grupos de pesquisa e às suas respectivas linhas de pesquisa, certificados por universidades públicas e privadas e institutos de públicos de pesquisa. As informações constantes dos grupos de pesquisa que compõem o DGP podem ser atualizadas em tempo real pelos líderes desses grupos¹³.

Segundo o CNPq, o DGP possui três finalidades principais: 1) propiciar o intercâmbio e a troca de informações entre os membros da comunidade científica com eficiência; 2) disponibilizar informações atualizadas sobre os grupos da base de dados (base corrente), subsidiando a avaliação da produção científica e tecnológica, assim como o planejamento e a gestão da ciência e da tecnologia no país; e 3) contribuir para a preservação da memória da produção científica brasileira, por meio do censo bianual das bases de dados, incluindo as bases censitárias¹³.

No último censo dos grupos de pesquisa, realizado pelo CNPq, em 2016, foram identificadas 531 instituições produtoras de conhecimento técnico-científico no país. Essas instituições são responsáveis por 37.640 grupos, perfazendo 199.566 pesquisadores, sendo 129.929 doutores. De acordo com o CNPq, comparado ao censo de 2002, houve um incremento de 149% no número de grupos cadastrados e, em relação ao inventário de 2014, o crescimento aferido foi de 6% no país. No último censo, constatou-se que o número de pesquisadores aumentou 11% e o de doutores 12%¹³.

Esse artigo apresenta a análise da distribuição dos grupos registrados na base corrente do “Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – Lattes” do CNPq quanto à produção de conhecimento científico e tecnológico voltado à população

LGBT e a composição das lideranças desses grupos quanto ao gênero.

Metodologia

A análise apresentada é um desdobramento do projeto de pesquisa “Sociedades Multiculturais, Gênero e Diversidade: um estudo sobre a população LGBT nos Grupos de Pesquisa do CNPq”, desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (IS-SES/SP) e da Universidade de São Paulo¹⁴. Trata-se de um estudo do tipo exploratório, descritivo de abordagem quantitativa^{15,16}, baseado no inventário de grupos de pesquisa cadastrados nas bases de dados do CNPq.

Para procedermos a identificação dos grupos de pesquisa certificados na Plataforma Lattes, segundo os “Diretórios de Grupos de Pesquisa do Brasil” constantes dessa base de dados do CNPq, utilizamos em uma primeira etapa como termo de busca para a consulta parametrizada à sigla “LGBT”, indicando a seleção dos campos: “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa” e “palavra-chave da linha de pesquisa”.

Inicialmente, desconsideramos o campo de busca “repercussões do grupo”, cuja consulta resultou na identificação de 35 grupos de pesquisa. Optamos por ampliar a consulta, incluindo esse campo de busca, perfazendo, assim, 62 grupos de pesquisa. Foram incluídos, nessa busca: 1) os grupos certificados e os grupos não atualizados nos últimos 12 meses; 2) os grupos de todas as instituições, unidades da federação e regiões do país; 3) o filtro referente à “área do conhecimento”, incluindo os itens “grande área” e “área”, segundo a opção “predominante do grupo”; e 4) todas as subdivisões de anos de existência dos grupos (“menos de 1 ano”, “1-4”, “5-9”, “10-14” e “15 anos ou mais”).

Em uma segunda etapa da consulta parametrizada, utilizando os mesmos campos de busca e critérios/filtros da etapa anterior, utilizamos como termos de busca, separadamente, as palavras “gays”, “lésbicas”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”, resultando na identificação de 12, 61, 1, 16, 15 e 6 grupos de pesquisa, respectivamente. Após identificar e descartar os grupos em duplicidade da etapa anterior foram incluídos 24 novos grupos de pesquisa referentes aos segmentos de “gays” (n=7), “travestis” (n=10), “transexuais” (n=3) e “transgêneros” (n=4). Não foram encontrados novos grupos nos segmentos de “lésbicas” e “bissexuais”.

Em consonância aos parâmetros adotados, o inventário de grupos de pesquisa cadastrados nos “Diretórios dos Grupos de Pesquisa” do CNPq, até 28 de setembro de 2018, resultou na identificação de um total de 86 grupos de pesquisa. Desse total, 71 estavam registrados como certificados pelas respectivas instituições; 4 em preenchimento e 11 já haviam sido excluídos. Na presente análise foram descartados os grupos classificados como excluídos nos Diretórios do CNPq, perfazendo 75 grupos de pesquisa, os quais constituem o universo de análise discutido neste artigo.

Os dados coletados foram compilados em um banco de dados em planilha Excel, contendo o detalhamento do registro das informações de cada grupo de pesquisa identificado no inventário. Para a presente análise foram definidas e coletadas as seguintes variáveis: nome da instituição, caráter da instituição (pública ou privada), localização da instituição (unidade da federação e macrorregião), nome do grupo de pesquisa, ano de formação, situação do grupo no cadastro (“certificado”, “em preenchimento” ou “excluído”), nome do líder e vice-líder do grupo, área de

conhecimento predominante e área de conhecimento específica, segundo a classificação adotada pelo CNPq. Os dados foram submetidos à análise descritiva baseada em frequências absolutas e relativas.

Resultados e discussão

O primeiro grupo de pesquisa registrado no CNPq que foca a população LGBT data de 1995. O grupo denominado “Gênero, Religião e Política” (PUC-SP) é coordenado por pesquisadoras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que atuam na produção de conhecimento na área das Ciências Humanas, com foco na subárea da Sociologia. A Tabela 1 demonstra que a maioria dos grupos que contempla os segmentos LGBT em seus estudos foi criada mais recentemente, no período entre 2011 e 2015, totalizando 37,3% dos grupos encontrados. As evidências revelam que 86,6% (n=65) dos grupos foram formados no período compreendido entre 2006 e 2018, conferindo, assim, um caráter de tema emergente¹⁷ à produção científica sobre LGBT no país (tabela 1).

Tabela 1. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo períodos selecionados.

Período	n	%
1995 - 1999	3	4,0
2000 - 2005	7	9,3
2006 - 2010	15	20,0
2011 - 2015	28	37,3
2016 - 2018	22	29,3
Total	75	100

Fonte: os autores.

Os dados apresentados na tabela 2 corroboram a emergência desse tema na agenda de pesquisa brasileira e revelam que 48% dos grupos em atividade no país possuem até 5 anos de existência e 33,3%, entre 6 e 10 anos. Somente 9 dos 75 grupos foram formados há 16 anos ou mais. Assim, pode-se afirmar que 81,3% dos grupos que tomam como objeto de investigação em suas linhas de pesquisa a população LGBT têm até uma década de atividade científica.

Tabela 2. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo anos de existência.

Anos de existência	n	%
1 - 5 anos	36	48,0
6 - 10 anos	25	33,3
11 - 15 anos	5	6,7
16 anos ou mais	9	12,0
Total	75	100

Fonte: os autores.

A partir dos dados disponíveis na tabela 3, observa-se que a concentração da produção de conhecimento se localiza na região Sudeste, com 44% dos grupos. A região Nordeste figura em segundo lugar, com 26,7% dos grupos, seguida da região Sul, com 20%, Centro-Oeste, com 6,7%, e Norte, com 2,7%. É possível que a relevância conferida ao Nordeste esteja relacionada à repercussão das políticas de desenvolvimento da pesquisa por parte do CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entretanto, quando observamos globalmente, as regiões Sul e Sudeste – economicamente mais ricas e com maior concentração populacional –, ambas concentram 64% da produção científica no campo de estudos *lesbi gays* ou LGBT.

Tabela 3. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo região e tipo de instituição.

Região	Pública		Privada		Total	
	n	%	n	%	n	%
Centro-Oeste	5	8,1	0	0	5	6,7
Nordeste	19	30,6	1	7,7	20	26,7
Norte	2	3,2	0	0	2	2,7
Sudeste	25	40,3	8	61,5	33	44,0
Sul	11	17,7	4	30,8	15	20,0
Total	62	100	13	100	75	100

Fonte: os autores.

Não obstante ao crescimento dos grupos na última década, cabe destacar que no universo pesquisado, o número de grupos que abordam a temática LGBT é muito pequeno quando comparado à totalidade dos grupos registrados nas bases de dados oficiais. Segundo dados do CNPq, em 1993 o país possuía 4.402 grupos de pesquisa, sendo 68,5% na região Sudeste, 15,7% na Sul, 9,9% no Nordeste, 4,2% no Centro-Oeste e 1,7% na região Norte¹³. Os dados disponibilizados pelo censo do CNPq para o ano de 2016 são: 42,5% para a região Sudeste, 22,9% para a região Sul, 20,5% para a região Nordeste, 7,7% para a região Centro-Oeste e 6,3% para a região Norte. No ano de 2016, o Brasil registrava junto ao CNPq 37.640 grupos de pesquisa¹³.

Impressiona que esse tema seja relevante para apenas 0,19% dos grupos de pesquisa existentes no país. Pode-se indagar que talvez esse número seja ainda menor, pois o CNPq não disponibilizou os dados de 2018. Supondo um aumento da base de dados, essa percentagem deve ser ainda menor, considerando os 75 grupos encontrados até setembro de 2018 no presente inventário. Apesar das diferenças, é visível o crescimento da região Nordeste que possui número muito próximo de grupos

da região Sul, o que fortalece a hipótese de que as constantes políticas do CNPq de fomento ao desenvolvimento científico em regiões mais pobres do país podem ter contribuído para o crescimento dos grupos que investigam o tema LGBT.

No que tange à classificação pelas unidades da federação, os 75 grupos se distribuem em 16 estados e o Distrito Federal. Das cinco regiões do país, apenas duas possuem grupos em todas as suas unidades federativas: a Centro-Oeste, composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Matogrosso do Sul e o Distrito Federal, e a Sul, composta pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Sudeste, apenas o estado do Espírito Santo não tem grupos de pesquisa na temática LGBT, sendo identificados grupos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No Nordeste, dos nove estados da região, apenas cinco possuem grupos: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco, não havendo grupos nos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Contudo, a região Norte chama a atenção, pois aparecem dados positivos apenas para o Amazonas e o Tocantins, não havendo grupos registrados nos estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima. Portanto, dos 26 estados brasileiros não há grupos de pesquisa informados no CNPq em 10 (38,4%) deles.

A tabela 3 mostra a distribuição dos grupos com temática LGBT, segundo a macrorregião e as instituições públicas e privadas. Do total, apenas 13 grupos (17,3%) encontram-se em instituições privadas, sendo que não há registros para as regiões Centro-Oeste e Norte. Para as demais regiões, encontramos o seguinte: a região Sudeste concentra 61,5% desse total, a região Sul, 30,8%, e a região Nordeste, 7,7%. Em instituições públicas, aferimos 62 grupos distribuídos em todas as macrorregiões. A região Sudeste possui 40,3%, a Nordeste, 30,6%, a Sul, 17,7%, a Centro-Oeste, 8,1%, e a Norte, 3,2%. Porém, vale destacar como relevante, o fato da pesquisa sobre temas LGBT

estar concentrada majoritariamente em instituições públicas e laicas. Nelas temos 82,7% das agrupações de pesquisadores em torno da temática LGBT, contra 17,3% das privadas. Isso leva a conclusão de que os cortes de gastos públicos dos últimos anos na área das Ciências¹⁸ podem afetar drasticamente a permanência dos grupos de pesquisa como produtores de saberes. Por outro lado, a natureza muitas vezes confessional de instituições privadas poderia ser uma razão possível para a diminuta participação destas na produção de conhecimento e fomento à criação de novos grupos dedicados a essa temática.

Nos grupos de pesquisa sobre as populações LGBT, predominam os estudos conduzidos por pesquisadores das áreas de conhecimento alinhadas às Ciências Humanas e às Ciências Sociais Aplicadas, as quais respondem por 56% e 21,3%, dos grupos respectivamente. No conjunto das seis áreas de conhecimento identificadas no inventário, essas duas áreas concentram 77,3% dos grupos aferidos, seguidas pelas áreas das Ciências da Saúde, com 13,3%, e Linguística, Letras e Artes, com 6,7%. A menor participação de pesquisadores dedicados às temáticas relacionadas aos segmentos LGBT se refere às áreas das Ciências Biológicas e das Ciências Exatas e da Terra, ambas com 1,3% cada (tabela 4).

Tabela 4. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo a Área de Conhecimento Predominante.

Área do Conhecimento Predominante	n	%
Ciências Humanas	42	56,0
Ciências Sociais Aplicadas	16	21,3
Ciências da Saúde	10	13,3
Ciências Biológicas	1	1,3
Ciências Exatas e da Terra	1	1,3
Linguística, Letras e Artes	5	6,7
Total	75	100

Fonte: os autores.

No que concerne às áreas de conhecimento específicas, que delimitam o campo de inserção dos pesquisadores, averiguamos a existência de vinte áreas no inventário. Ao examinarmos o ranque das cinco principais, notamos, em ordem decrescente, a presença das seguintes áreas: Educação (16%), Psicologia (13,3%), Sociologia (12%), Saúde Coletiva (9,3%) e Serviço Social (9,3%). Cabe ressaltar nesse elenco que quatro áreas pertencem às grandes áreas de conhecimento das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas, exceto a Saúde Coletiva, vinculada às Ciências da Saúde. Nessa ótica, ao investigarmos as áreas específicas voltadas à população LGBT, verificamos que, atualmente, 50,6% dos grupos do CNPq estão circunscritos a essas duas áreas de produção de conhecimento científico e tecnológico (Tabela 5).

Vale sublinhar nesse ranque, a participação dos grupos que atuam na Saúde Coletiva, os quais representam 9,3% das 20 áreas de conhecimento encontradas. Da mesma forma, constatou-se nas três subáreas das Ciências da Saúde (Enfermagem, Farmácia e Medicina), a existência de apenas um grupo de pesquisa sobre LGBT em cada uma dessas subáreas, contra sete grupos vinculados à Saúde Coletiva (tabela 5). Assim, como observado em outros estudos é possível afirmar que, o caráter interdisciplinar e a consolidação do campo da Saúde Coletiva no Brasil^{19,20}, desde a década de 1970, propiciou uma maior interface entre os estudos epidemiológicos e as Ciências Sociais e Humanas em Saúde²¹, contribuindo para um maior envolvimento de pesquisadores engajados na produção de saberes e de práticas sobre o processo saúde-cuidado. No período mais recente, os grupos de pesquisa da Saúde Coletiva têm desenvolvido pesquisas sobre as necessidades de saúde das populações LGBT¹² na perspectiva da integralidade da atenção no Sistema Único de Saúde¹¹.

No que diz respeito às áreas específicas das Ciências Humanas, responsáveis por 42 grupos

de pesquisa no país sobre LGBT, apuramos que, majoritariamente, esses grupos estão distribuídos em quatro subáreas, totalizando 83,3% dos grupos. Verificamos que a Educação (26,2%, 11 grupos) é a principal subárea de atuação dos pesquisadores, seguida pela Psicologia (23,8%, 10 grupos), Sociologia (21,4%, 9 grupos) e Antropologia (11,9%, 5 grupos). Quanto às Ciências Sociais Aplicadas que concentra 16 grupos, a produção de conhecimento sobre LGBT é liderada pelas subáreas do Serviço Social (43,8%, 7 grupos) e do Direito (31,3%, 5 grupos).

Tabela 5. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo a Área de Conhecimento Específica.

Área do Conhecimento Específica	n	%
Educação	12	16,0
Psicologia	10	13,3
Sociologia	9	12,0
Saúde Coletiva	7	9,3
Serviço Social	7	9,3
Antropologia	5	6,7
Direito	5	6,7
História	3	4,0
Administração	2	2,7
Artes	2	2,7
Comunicação	2	2,7
Filosofia	2	2,7
Letras	2	2,7
Ciência Política	1	1,3
Enfermagem	1	1,3
Farmácia	1	1,3
Medicina	1	1,3
Parasitologia	1	1,3
Probabilidade e Estatística	1	1,3
Teologia	1	1,3
Total	75	100

Fonte: os autores.

Dos 75 grupos mapeados, 45 têm duas lideranças (60%) e 30 possuem uma única liderança (40%). No caso destes 45 grupos, quando analisamos a distribuição de gênero das duas lideranças, aferimos que 27 mulheres (60%) e 18 homens (40%) ocupam a primeira posição e, no caso da segunda liderança, 16 são mulheres (59,3%) e 11 são homens (40,7%), evidenciando a liderança feminina no campo de investigação LGBT, bem como a carência de profissionais habilitados nessa temática em muitas instituições de ensino superior.

Na tabela 6, retirando os grupos com liderança mista, verificamos que, nos grupos de liderança única, 51,5% são coordenados por mulheres e 68,4% por homens. Todavia, chama a atenção que quando olhamos para os dados dos grupos com liderança única e com dupla liderança, no caso das mulheres há uma situação equilibrada, entretanto no caso dos homens a diferença é notável. A coordenação masculina de grupos de líder único é o dobro, comparada aos grupos com dupla liderança, 68,4% e 31,6%, respectivamente. Nos grupos com duas lideranças, 48,5% são coordenados por duas mulheres e apenas 31,6% têm dois homens liderando, evidenciando a relevância da presença feminina no universo investigado.

Tabela 6. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo número de lideranças e gênero.

Lideranças	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
grupos com 1 líder	13	68,4	17	51,5	30	57,7
grupos com 2 líderes*	6	31,6	16	48,5	22	42,3
Total	19	100	33	100	52	100

* Não foram considerados os grupos com liderança mista (n=23).
Fonte: os autores.

Outros 23 (30,7%) grupos têm lideranças mistas, sendo que 11 (47,8%) deles têm uma mulher como liderança principal e 12 (52,2%) têm um homem nessa posição. Vale notar que o protagonismo feminino se destaca não apenas quando olhamos para o total de pesquisadores, mas também quando observamos as posições que elas ocupam na hora de liderar. Dos 75 grupos, apenas 18 (24%) são compostos por homens na primeira e segunda posição, ao passo que 33 (44%) grupos são compostos exclusivamente por mulheres na liderança, incluídos aqui os grupos com líder único para ambos os casos. Grupos mistos representam, portanto, um terço do total de grupos analisados.

Considerações finais

O caminho trilhado permitiu esquadrihar a distribuição dos grupos de pesquisa certificados no CNPq, revelando quais são os grupos dedicados à produção de conhecimento científico sobre a população LGBT no país. As evidências demonstram que, majoritariamente, se trata de uma produção ainda emergente na agenda de trabalho da maioria dos grupos registrados e que os mesmos desenvolvem pesquisas há uma década. Não obstante o crescimento dos grupos de pesquisa, bem como o número de doutores e de pesquisadores aferidos no último censo do CNPq em 2016, registra que os grupos que abordam a temática LGBT representam somente 0,19% do total de grupos do país. Como apontam outras pesquisas^{1,4,5}, é visível que a temática ainda encontra resistência na academia, necessitando muito para se desenvolver. A despeito da presença de grupos em todas as regiões brasileiras, os achados demonstram que há uma concentração nas regiões Sudeste e Nordeste e em instituições públicas.

O capital intelectual sobre a população LGBT é produzido por pesquisadores vinculados sobretudo há três grandes áreas de conhecimento,

circunscritas às Ciências Humanas, às Ciências Sociais Aplicadas e às Ciências da Saúde, sobressaindo cinco áreas específicas: Educação, Psicologia, Sociologia, Serviço Social e Saúde Coletiva. É mister sublinhar a presença e o protagonismo feminino na condução dos grupos analisados. Por fim, recomendamos a realização de outras pesquisas que ampliem a visibilidade da produção científica e tecnológica voltada à população LGBT, com vistas a subsidiar a agenda de pesquisa e as políticas públicas em curso no país.

Referências

1. Silva, AS. Marchando pelo arco-íris da Política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2006.
2. Carrara S. Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil. In: Monteiro S, Vilella W. (organizadores). Estigma e Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2013. p. 143-160.
3. Macrae E. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura". Campinas: Editora da UNICAMP; 1990.
4. Silva AS, Barboza, R. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. Athenea Digital. 2005; 8:27-49.
5. Silva AS, Barboza, R. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. Cad. CERU. 2009; 20(1):257-276.
6. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Missão, valores, caráter e finalidade principal. (on line). 2018. [acesso em 26 set 2018]. Disponível em: <https://www.abgl.org/historia>
7. Brasil. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação; 2004.
8. Simões JA, Facchini R. Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2009.
9. Mello L, Brito W, Maroja D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cad. Pagu. 2012; 39:403-429.
10. Gomes R, Murta D, Facchini R, Meneghel SN. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. Ciênc Saúde Colet. 2018; 23(6):1997-2005.
11. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 2.836. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF; 1 dez 2011.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2803. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. 20 nov 2013.
13. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes. 2018. (on line). [acesso em 28 set 2018]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>
14. Barboza R, Silva AS. Sociedades multiculturais, gênero e diversidade: um estudo sobre a população LGBT nos Grupos de Pesquisa do CNPq [projeto de pesquisa]. São Paulo: Instituto de Saúde, Universidade de São Paulo; 2018.
15. Gil, AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas; 2008.
16. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 2004.
17. Marsiglia RMG, Spinelli SP, Lopes MF, Silva TCP. Das Ciências Sociais em saúde: produção científica de pós-graduação em Ciências Sociais. Ciênc Saúde Colet. 2003; 8(1):275-285.
18. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com cortes no orçamento, futuro da ciência brasileira fica ameaçado. Notícias SBPC 01/02/2018. (on line). [acesso 4 out 2018]. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/com-cortes-no-orcamento-futuro-da-ciencia-brasileira-fica-ameacado/>
19. Canesqui AM. As ciências sociais e humanas em saúde na Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Physis. 2008; 18:215-50.
20. Nunes ED, Ferreto LE, Oliveira ALO, Nascimento JL, Barros NF, Castellanos MEP. O campo da Saúde Coletiva na perspectiva das disciplinas. Ciênc Saúde Colet. 2010; 15(4):1917-1922.
21. Ianni AMZ, Spadacio C, Barboza R, Alves OSF, Vianna SDL, Rocha ATS. Os congressos brasileiros de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO: um campo científico em disputa. Ciênc Saúde Colet. 2015; 20(2):503-513.